

BUSCALEGIS: UMA BIBLIOTECA JURÍDICA VIRTUAL

Aires J. Rover*

Hélio Santiago Ramos Júnior*

AÇÕES PIONEIRAS

O professor Luiz Adolfo Olsen da Veiga, atualmente aposentado, foi o grande pioneiro da Informática Jurídica no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. Mestre na área, venceu toda oposição e conservadorismo comuns em situações de inovação em espaços jurídicos. Nessa caminhada, idealizou a disciplina “informática jurídica” nos cursos de graduação e pós em direito da UFSC e criou o Laboratório de Informática Jurídica – Linjur, com a ajuda do servidor Marco Antônio Machado Ferreira de Melo e do então doutorando Aires José Rover. Corria o ano de 1990.

O Laboratório de Informática Jurídica consiste ainda hoje em um espaço físico de apoio à realização de trabalhos e pesquisas acadêmicas no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. Sua infra-estrutura de informática permite maximizar o acesso à informação e ao desenvolvimento de projetos de democratização do conhecimento abertos à comunidade acadêmica e à comunidade em geral.

Em 1995 surgiu a *Revista de Informática Jurídica - InfoJur*, a qual foi fruto da linha de pesquisa em informática jurídica que, ao poucos, começou a ser desenvolvida no curso de direito da UFSC, graduação, mestrado e doutorado. Foi coordenada desde o início pelo professor Aires J. Rover. Este projeto teve como objetivo imediato dar publicidade aos trabalhos e reflexões realizados na UFSC bem como de pesquisadores colaboradores externos a ela.

· Prof. da UFSC

* Estudante de Direito da UFSC

O PROJETO BUSCALEGIS

Em 1997, com o crescimento da revista Infojur, viu-se a necessidade de implementar uma verdadeira biblioteca jurídica digital, abrangendo, portanto, as diversas temáticas jurídicas e não apenas a área da informática jurídica. O curso de direito da Universidade Federal de Santa Catarina seria beneficiado bem como toda a comunidade virtual. Criou-se, então a biblioteca jurídica virtual BuscaLegis, sob a coordenação do professor Aires J. Rover.

A biblioteca BuscaLegis, mantida pelo Linjur, conta atualmente com um acervo de mais de vinte mil documentos jurídicos que podem ser acessados por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo através do sítio <http://www.buscalegis.ufsc.br>.

O banco de dados da biblioteca é diariamente atualizado por alunos monitores da disciplina Informática Jurídica com auxílio de bolsistas do Laboratório de Informática Jurídica. Cada monitor fica responsável por algumas áreas do direito e localiza na internet trabalhos intelectuais relacionados a elas, inserindo-os na base através de formulário web.

Além disso, o envio de trabalhos por autores é muito importante para a atualização do acervo. Nesse sentido, a comunidade tem participado ativamente.

Funcionando como uma biblioteca, não há verificação do mérito dos trabalhos no momento de sua publicação. Contudo, precisa ter o artigo mais de três páginas, conter o nome do autor e relacionar-se a algumas das temáticas jurídicas.

Ao acessar o sítio, o usuário tem à disposição o buscador com suas diversas opções. Além disso, ficam dispostos links para os projetos / interfaces vinculados à biblioteca. Na parte inferior é apresentada uma pequena amostra dos últimos documentos inseridos no banco de dados da biblioteca, além dos créditos relativos à equipe coordenadora.

AS OPÇÕES DE PESQUISA

Os registros inseridos na base de dados da biblioteca são formados por artigos científicos, monografias, dissertações, teses, vídeos e apresentações, todos de corpo inteiro. Os livros relacionados, ao contrário, são apenas referências com resumos.

O conteúdo abrange as diversas áreas do Direito: ambiental, civil, constitucional, do consumidor, internacional, penal, processual, trabalhista, tributário, informática jurídica e outros.

A pesquisa hoje disponível permite diversas opções. A opção básica define a pesquisa nos campos nome do autor, pelo título e informações relativas à obra. O usuário pode escolher, entretanto, apenas um desses campos.

Pode o usuário também definir o âmbito da pesquisa, se em todas as áreas ou em uma delas.

O sistema de busca permite especificar ainda o tipo de documento que se deseja pesquisar. A opção inicial abrange todos os tipos, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, vídeos, apresentações e livros. O usuário pode optar por apenas um deles.

O usuário pode ainda escolher a quantidade de documentos que deseja serem exibidos por página entre vinte e cinco, cinquenta ou cem registros.

AS INTERFACES DOS PROJETOS

Os projetos ou interfaces são espaços web nos quais são visualizados conteúdos específicos que em parte ou no todo estão armazenados na biblioteca digital BuscaLegis. O objetivo, portanto, é dar ênfase a determinados conteúdos, chamando atenção para alguns dados em particular.

Na sua maioria, decorreram de alguma pesquisa específica coordenada pelo professor Aires J. Rover e visavam precipuamente dar publicidade aos seus resultados.

Todas as interfaces têm vínculo com a biblioteca e, portanto, os seus endereços e chamadas estão disponíveis na página principal da buscalegis.

INTERFACE VIDEOTECA

O projeto Videoteca teve início com a idéia de disponibilizar através da biblioteca BuscaLegis arquivos de vídeos com as apresentações de artigos realizadas pelos alunos da graduação durante as aulas da disciplina Informática Jurídica do curso de Direito da UFSC.

Em seguida, o projeto amadureceu e passou a incorporar vídeos diversos, desde apresentações de trabalhos dos alunos da pós-graduação como de palestras e aulas de professores da casa como de convidados. Por exemplo, estão disponíveis vídeos de três minutos nos quais os palestrantes do II Ciberética (Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética) fazem uma síntese de suas apresentações.

A base conta atualmente com um acervo de cento e três vídeos.

INTERFACE E-BOOKS

O projeto E-Books foi inicialmente uma proposta financiada pelo FUNGRAD/UFSC. Visa proporcionar o acesso completo a livros de importância para a formação dos estudantes de direito, em formato digital e pela Internet. As obras disponíveis fornecem um pequeno histórico do desenvolvimento do pensamento e teorias referentes à moral, ao direito e à política, categorias que possibilitam a fundamentação do estudo de qualquer área das ciências humanas.

Se optou por disponibilizar obras que não estivessem protegidas pela propriedade intelectual. Mesmo não havendo direito intelectual a proteger, toda publicação foi feita em formato de arquivo que preservasse a integridade do seu conteúdo.

O projeto proporcionou melhoria da qualidade e quantidade das informações disponíveis aos interessados pelos temas jurídicos, filosóficos e políticos.

INTERFACE CÓDIGOS COMENTADOS

O projeto Códigos Comentados (PCC) surgiu com a finalidade de reunir de forma sistematizada e facilitada o conteúdo relativo às matérias tratadas nos Códigos Civil, Penal, de Defesa do Consumidor e de Processo Civil, já disponíveis na Internet de forma dispersa. Estruturado tal qual um código comentado, coloca à disposição do usuário as duas principais fontes de estudo do Direito, a legislação e a doutrina.

O usuário interessado em pesquisar comentários ou a própria norma deve acessar o seu endereço e digitar o assunto de seu interesse ou navegar através dos artigos do código escolhido.

Sua interface com a biblioteca buscalegis ocorre quando o usuário queira acessar o artigo do qual fora retirado o comentário encontrado. Necessariamente, todos os comentários indexados são de artigos organizados na biblioteca.

Quando os primeiros resultados foram disponibilizados pela internet a repercussão positiva foi imediata, principalmente entre os alunos de graduação que participaram na elaboração e organização do material. Também especialistas pelo Brasil inteiro ficaram interessados pelo trabalho.

INTERFACE NEDCON

O NEDCON (Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor) teve origem com a criação de em um grupo de pesquisa na área do Direito do Consumidor no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC e contou com a participação pioneira do professor Márcio Campos.

A exemplo dos demais, tem como objetivo servir como um instrumento de auxílio à pesquisa em meio eletrônico na área do Direito do Consumidor, disponibilizando a toda comunidade virtual trabalhos relevantes nessa área, os quais compõem o acervo da biblioteca BuscaLegis.

Além da doutrina, o projeto disponibiliza legislação vigente, jurisprudência atualizada do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e notícias diárias relativas ao direito do consumidor.

O Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor, em conjunto com outras entidades interessadas no desenvolvimento de apoio e orientação ao consumidor, tais como, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – representada pelo Departamento de Apoio à Extensão (DAEX) e pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão, Projeto Bolsas de Extensão 2002 e 2003 – o Instituto Jurídico de Inteligência e Sistemas (IJURIS) e a empresa *Web Intelligence Systems* (WBSA) firmaram parcerias com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania e o PROCON SC; a Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) e a Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da Câmara Municipal da Capital com o objetivo de desenvolver um novo mecanismo de apoio e orientação ao consumidor, que culminou com a criação do Portal do Consumidor Catarinense.

Este portal teve a finalidade de funcionar como um canal aberto para a prestação de serviços de apoio ao consumidor em ambiente virtual, promovendo a difusão dos direitos do consumidor brasileiro em âmbito global.

Para tanto, foi desenvolvido o software *Aletheia*, permitindo ao usuário obter uma resposta para uma determinada questão jurídica envolvendo relação de consumo, a partir do acesso ao conteúdo normativo do código, referente ao problema apresentado.

Trata-se de “um sistema que utiliza técnicas de Inteligência Artificial (IA) – como o Raciocínio Baseado em Casos (RBC) e a Pesquisa Contextual Estruturada (PCE) – para a recuperação de informações contidas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC).” (GARCIA, 2003).

Assim, o *Aletheia* se apresenta como uma ferramenta capaz de facilitar a realização da consulta ao Código de Defesa do Consumidor por parte do cidadão leigo. Ele permite ao usuário realizar a consulta por meio da formulação de perguntas em linguagem comum, dando como resposta o trecho correspondente ao enquadramento legal referente a uma situação do cotidiano que envolva relação de consumo.

Este software, que inicialmente foi disponibilizado para consulta através do Portal do Consumidor Catarinense, encontra-se atualmente disponível para *download* gratuito no sítio do Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC: <http://www.buscalegis.ufsc.br/nedcon>.

DESAFIOS E DIFICULDADES

Para que a biblioteca consiga atingir o objetivo de servir como uma ferramenta útil de auxílio à pesquisa é importante que o seu acervo esteja constantemente atualizado.

Entretanto, não basta ter o conteúdo atualizado, é necessário também que os documentos que compõem o acervo da biblioteca digital estejam organizados de modo a permitir que o usuário possa localizar as obras de seu interesse durante a realização de uma consulta ao banco de dados da biblioteca.

Enfatiza MIRANDA que "as bibliotecas jurídicas devem estar organizadas visando à satisfação de necessidades informacionais específicas deste público [...] devem possuir um bom planejamento no desenvolvimento de suas coleções, com a finalidade de terem seus

acervos sempre adequados para satisfazer seu público específico" (2003). Este é um desafio constante para a equipe do projeto buscalegis, que é acadêmica e não é bem remunerada.

Além disso, há a preocupação constante com o código do projeto que deve organizar o material de tal forma que permita ao usuário, leigo ou não, também participar de sua construção.

Há ainda um outro desafio a ser enfrentado pelas bibliotecas digitais que consiste em criar interfaces que permitam aos portadores de necessidades especiais terem acesso à informação disponível na rede para que estes possam se inserir no mundo digital.

Diante de nossa realidade social, urge reconhecer a importância da biblioteca digital como mecanismo capaz de facilitar a tarefa do Estado que consiste em promover e incentivar a educação, visto que o acesso gratuito à informação do banco de dados da biblioteca por toda a coletividade pode auxiliar na missão estatal de contribuir para o desenvolvimento da pessoa humana e fortalecer o exercício da cidadania.

Nesse sentido, é importante lembrar que a Constituição Federal de 1988 atribui este encargo ao Estado e à família, entretanto impõem a toda a coletividade o dever de ajudar na concretização deste objetivo, conforme se infere da redação de seu art. 205 que assim estabelece: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada **com a colaboração da sociedade**, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (grifou-se).

A plenitude do exercício da cidadania está relacionada com o direito à informação e participação do indivíduo na vida social, econômica e política do país, de tal forma que, “a cidadania somente pode ser exercida de forma plena se for assegurado ao cidadão o acesso à informação democrática e instantânea que no presente momento somente existe no ciberespaço” (RAMOS JÚNIOR, 2004).

A popularidade da Internet associada aos acelerados processos de trocas de informação através da rede de computadores proporciona muito mais do que uma maior interação entre os povos ou propagação do conhecimento.

Observa-se nos dias hodiernos que o mundo virtual se faz cada vez mais essencial na vida das pessoas em razão dos benefícios oriundos do avanço tecnológico.

Muitos atos comuns que fazem parte do cotidiano da vida das pessoas começaram a ser praticados através do meio eletrônico, como, por exemplo, a celebração de negócios jurídicos através da rede.

Desta forma, levando em consideração que a cidadania constitui um dos princípios constitucionais fundamentais da República Federativa do Brasil, pode-se dizer que a inclusão digital consiste em um direito essencial na era do acesso haja vista a Constituição de 1988 ter como objetivo fundamental a redução das desigualdades sociais e regionais.

OS SINAIS POSITIVOS

A biblioteca jurídica virtual BuscaLegis, tendo em vista sua natureza democrática, o acesso gratuito e o meio eletrônico, permite ao acadêmico e ao cidadão conhecer e propagar trabalhos jurídicos.

O acesso gratuito através da Internet ameniza o problema de custos que muitos estudantes e até mesmo profissionais possuem. A forma sistematizada da pesquisa facilita a procura e a recuperação das informações. O meio eletrônico permite uma atualização rápida com novidades, acompanhando as mudanças que são constantes no mundo do direito e da pesquisa jurídica.

As disciplinas de Informática Jurídica e o Laboratório de Informática Jurídica foram fundamentais para desenvolver o projeto tanto na sua execução direta como nos trabalhos

acadêmicos produzidos por alunos e professores, conforme constata o professor VEIGA, "como resultado eficaz há teses de doutorado, dissertações de mestrado e monografias de conclusão de curso nessa nova, atualíssima e importante área de estudos, envolvendo o direito e a informática" (2000, p. 18). Além disso, há grande material de outras áreas desenvolvido nesta instituição de ensino que passou a compor a biblioteca BuscaLegis.

De modo geral, a biblioteca jurídica é destinada a um público específico representado pelos estudantes e profissionais do direito. Entretanto, a biblioteca BuscaLegis quer também facilitar a consulta por parte de leigos e profissionais de outras áreas.

As bibliotecas digitais em geral desempenham um papel importante na medida em que são instrumentos de propagação do conhecimento, permitindo ao cidadão o acesso à informação de seu interesse e, conseqüentemente, servindo como forma de inclusão social. Pode ir além disso, possibilitando contribuir com a publicação de seu trabalho intelectual, despertando a consciência para a pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUSCALEGIS. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br>>. Acesso em: 01. set. 2005.

GARCIA, Thais Helena Bigliuzzi et al. PORTAL DO CONSUMIDOR CATARINENSE: um modelo de atendimento ao cidadão no âmbito do governo eletrônico. In: *Anais do II Ciberética - Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética*. Florianópolis, 2003.

INFOJUR. Disponível em: <<http://www.infojur.ufsc.br>>. Acesso em: 01. set. 2005.

LINJUR. Disponível em: <<http://www.linjur.ufsc.br>>. Acesso em: 01. set. 2005.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. A qualidade enquanto instrumento na política de desenvolvimento de coleções jurídicas. In: *Anais do II Ciberética - Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação e Ética*. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<http://www.ciberetica.org.br>>. Acesso em: 01 set. 2005.

RAMOS JÚNIOR, Hélio Santiago. Os atores sociais e a cidadania na sociedade da informação e do conhecimento. In: *I Conferência Sul-Americana de Ciência e Tecnologia Aplicada ao Governo Eletrônico – CONEGOV*. Florianópolis: Ijuris, 2004. pp. 219-220.

ROVER, Aires J. (Org.). *Direito e Informática*. Barueri: Manole, 2004. 513 p.

VEIGA, Luiz Adolfo Olsen da. O ensino do Direito e a informática. In: ROVER, Aires J. (Org.). *Direito, Sociedade e Informática: limites e perspectivas da vida digital*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000. pp. 17-19.